

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>01660-8</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO</b>	3 - CNPJ <b>06.272.793/0001-84</b>
4 - NIRE <b>21300006869</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV COLARES MOREIRA,477				2 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENÇA II	
3 - CEP 65075-441	4 - MUNICÍPIO SÃO LUIS				5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 217-2216	8 - TELEFONE 217-2119	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 982115	
11 - DDD 098	12 - FAX 235-3024	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL cemarsfc@elo.com.br					

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME EDUARDO FELDMANN COSTA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV COLARES MOREIRA, 477				3 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENÇA II	
4 - CEP 65075-441	5 - MUNICÍPIO SÃO LUIS				6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 217-2119	9 - TELEFONE 217-2216	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 982115	
12 - DDD 098	13 - FAX 235-3024	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL e.feldmann@cemar-ma.com.br					

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2002	31/12/2002	1	01/01/2002	31/03/2002	4	01/10/2001	31/12/2001
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERSCOOPERS - AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO VALDIR RENATO COSCODAI					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 031.065.768-71		

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2002	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2001	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2001
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	514.364.398	514.364.398	514.364.398
2 - Preferenciais	9.359.924	9.359.924	9.359.924
3 - Total	523.724.322	523.724.322	523.724.322
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1990200 - Serviços de Eletricidade
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Com Ressalva

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 12/06/2002	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2002	4 - 31/12/2001
1	Ativo Total	817.529	794.251
1.01	Ativo Circulante	186.876	179.062
1.01.01	Disponibilidades	3.833	2.723
1.01.01.01	Caixa	197	403
1.01.01.02	Contas Bancárias a Vista	2.746	1.024
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	0	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa Sao Luis	600	413
1.01.01.05	Aplicações em Aberto	0	0
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	290	883
1.01.02	Créditos	156.446	153.975
1.01.02.01	Consumidores Revendedores	210.716	211.240
1.01.02.02	Empregados	1.868	876
1.01.02.03	Serviço Pedido	1.792	1.140
1.01.02.04	Alienação de Bens e Direitos	128	182
1.01.02.05	Provisões Ativas	0	0
1.01.02.06	Provisão p/ Creditos Liquidação Duvidosa	(58.058)	(59.463)
1.01.03	Estoques	8.620	8.175
1.01.03.01	Almoxarifado	6.005	5.612
1.01.03.02	Compras em Curso	56	35
1.01.03.03	Adiantamento a Fornecedores Materias	3.056	3.025
1.01.03.04	Prov. p/ Realização Valor de Mercado	(497)	(497)
1.01.04	Outros	17.977	14.189
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	11.896	9.828
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	166	539
1.01.04.03	Outros	5.915	3.822
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.661	38.767
1.02.01	Créditos Diversos	54.661	38.767
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.02.03.01	Créditos Tributários	0	0
1.03	Ativo Permanente	575.992	576.422
1.03.01	Investimentos	135	135
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	573.624	573.920
1.03.02.01	Produção	882	900
1.03.02.02	Distribuição	639.039	645.369

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2002	4 -31/12/2001
1.03.02.03	Administração	16.254	10.184
1.03.02.04	Obrigações Vinculadas a Concessão Serviç	(82.551)	(82.533)
1.03.03	Diferido	2.233	2.367

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2002	4 - 31/12/2001
2	Passivo Total	817.529	794.251
2.01	Passivo Circulante	302.670	253.231
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	118.216	130.366
2.01.02	Debêntures	8.990	2.099
2.01.03	Fornecedores	75.954	60.747
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	14.581	16.109
2.01.04.01	Encargos Sociais	3.228	2.774
2.01.04.02	ICMS	5.164	7.146
2.01.04.03	Parcelamento de Impostos e Enc. Sociais	6.189	6.189
2.01.04.04	IPTU	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	13.107	11.990
2.01.06.01	Folha de Pagamento	7.394	7.960
2.01.06.02	Contingências Judiciais	5.713	4.030
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	41.842	0
2.01.08	Outros	29.980	31.920
2.01.08.01	Encargos do Consumidor a Receber	9.246	10.486
2.01.08.02	Cauções em Garantia	567	552
2.01.08.03	Folha de Pagamento	0	0
2.01.08.04	Taxa de Iluminação Pública	11.178	11.436
2.01.08.05	Programa de Demissão Voluntária	481	575
2.01.08.06	Outros	8.508	8.871
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	482.466	513.726
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	205.919	224.776
2.02.02	Debêntures	150.000	150.000
2.02.03	Provisões	61.519	76.525
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	65.028	62.425
2.02.05.01	Obrig. Vinc. a Concessão do Serviço	0	0
2.02.05.02	Parcelamento de Impostos e Enc.Sociais	11.982	13.480
2.02.05.03	Dívida e Compromisso Atuarial	22.654	22.052
2.02.05.04	Ressarcimento aos Geradores	27.181	26.893
2.02.05.05	Outros	3.211	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	32.393	27.294
2.05.01	Capital Social Realizado	512.049	512.049
2.05.02	Reservas de Capital	7.304	7.304
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2002	4 -31/12/2001
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(486.960)	(492.059)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2002 a 31/03/2002	4 - 01/01/2002 a 31/03/2002	5 - 01/01/2001 a 31/03/2001	6 - 01/01/2001 a 31/03/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	103.452	103.452	91.489	91.489
3.02	Deduções da Receita Bruta	(21.382)	(21.382)	(18.693)	(18.693)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	82.070	82.070	72.796	72.796
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(57.128)	(57.128)	(50.865)	(50.865)
3.05	Resultado Bruto	24.942	24.942	21.931	21.931
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(19.436)	(19.436)	(35.917)	(35.917)
3.06.01	Com Vendas	(9.241)	(9.241)	(7.788)	(7.788)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.378)	(6.378)	(9.363)	(9.363)
3.06.03	Financeiras	(16.267)	(16.267)	(16.303)	(16.303)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.941	3.941	1.234	1.234
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(20.208)	(20.208)	(17.537)	(17.537)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	16.989	16.989	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(4.539)	(4.539)	(2.463)	(2.463)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.506	5.506	(13.986)	(13.986)
3.08	Resultado Não Operacional	(407)	(407)	12	12
3.08.01	Receitas	2	2	416	416
3.08.02	Despesas	(409)	(409)	(404)	(404)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.099	5.099	(13.974)	(13.974)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	5.099	5.099	(13.974)	(13.974)

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

**03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2002 a 31/03/2002	4 - 01/01/2002 a 31/03/2002	5 - 01/01/2001 a 31/03/2001	6 - 01/01/2001 a 31/03/2001
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	523.724.322	523.724.322	523.724.322	523.724.322
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00001	0,00001		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,00003)	(0,00003)

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Maranhão – CEMAR é uma empresa de economia privada de capital aberto, que tem como atividades principais a distribuição e comercialização de energia elétrica, além da construção e operação de sistemas de geração, em pequena escala. Sua área de concessão é o Estado do Maranhão, atendendo aproximadamente 1.039.223 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil quilômetros quadrados.

A energia, comprada substancialmente da Eletronorte, com a qual possui contrato para compra de energia até o ano de 2005, é comercializada com consumidores residenciais, comerciais, rurais e industriais, além dos órgãos dos poderes públicos, ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia.

A companhia apurou, em 31 de março de 2002, lucro líquido no trimestre de cerca de R\$ 5 milhões, e apresentou um capital circulante negativo de cerca de R\$ 116 milhões. Na composição da estrutura de capital constata-se uma predominância do capital de terceiros devido à postergação de pagamentos a fornecedores e instituições financeiras, fruto de negociações realizadas pela administração juntamente com as partes envolvidas. A fim de compatibilizar os recursos necessários para capital de giro e seu programa de investimentos, a administração vem trabalhando em renegociações de empréstimos e contas a pagar com parcelas de curto prazo, e está conduzindo processo para renovação e obtenção de linhas de empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, destaca-se o êxito referente a postergação da dívida com Eletronorte e Eletrobrás. Outras ações em curso para reverter a atual situação da companhia incluem as gestões de cobrança de contas em atraso e o programa de contenção de perdas e de religações e instalação de novos medidores.

Em 31 de janeiro de 2002, a administração da Companhia publicou Fato Relevante informando que a PPL Corporation, acionista controlador, anunciou que não deverá fazer investimentos adicionais na Cemar, assim como reconheceu uma perda no resultado do exercício de 2001, no montante de US\$ 217 milhões, de um total de US\$ 317 milhões investidos na Companhia. Segundo anunciado, essa decisão decorre da conjunção de uma série de fatores que afetam significativamente o resultado operacional da Companhia, tais como a prolongada seca que atingiu o país, o conseqüente racionamento de energia elétrica, a ausência de liquidações financeiras no Mercado Atacadista de Energia - MAE, a defasagem tarifária das distribuidoras de energia e as incertezas regulatórias advindas dessa situação.

A administração da Companhia vem avaliando todas as alternativas disponíveis de modo a lidar com tais questões e suas prováveis conseqüências para a Cemar, juntamente com as autoridades competentes e demais terceiros envolvidos, visando à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro no melhor interesse da Companhia e de seus consumidores, para os quais continuaremos a envidar esforços no sentido de prestar serviços de distribuição de energia elétrica de maneira adequada, segura e confiável.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 2 - CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

O contrato de concessão dos serviços de energia elétrica celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador foi firmado em 11 de agosto de 2000. Os principais aspectos deste Contrato podem ser resumidos como descrito a seguir.

O objeto do contrato é a concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão, destinado ao uso da população em geral, prestado em regime público.

O prazo da presente concessão terá seu termo final em 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com as cláusulas constantes nos referidos contratos, mediante requerimento da concessionária.

A concessão pressupõe a adequada qualidade do serviço prestado pela concessionária, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, observando os parâmetros e indicadores de qualidade dos serviços de energia elétrica, estabelecidos pela ANEEL.

O acervo da concessão, sendo a ela vinculados, é composto por todos os bens pertencentes ao patrimônio da concessionária, descritos no contrato de concessão do serviço de energia elétrica. No caso da extinção da concessão, todos os bens vinculados a ela reverterão automaticamente à ANEEL.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da concessionária, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes nos contratos de concessão a cada intervalo não inferior a 12 (doze) meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas nos contratos de concessão.

Durante o período de concessão compete à concessionária manter as seguintes apólices de seguros, conforme os prazos previstos de seguro do tipo "todos os riscos": seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade.

Estão previstas hipóteses de extinção do contrato de concessão, quais sejam: término do prazo da concessão, encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial e anulação e falência ou extinção da Concessionária, bem como previsão de indenização e intervenção em situações descritas nos contratos.

## 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotadas estimativas para a contabilização das transações. As demonstrações financeiras contêm, portanto, estimativas referentes às taxas de depreciação dos bens do imobilizado, contas a receber (Nota 4), relativas às provisões para

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

contingências, reconhecimento e reversão da provisão para faturamento estimado e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas feitas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a legislação societária, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas a seguir. As cifras do balanço encerrado em 31/12/2001 foram reclassificadas para efeito de apresentação e comparabilidade, especificamente para as Obrigações Vinculadas à Concessão, conforme descrito no item **c** desta Nota:

**a) Efeitos inflacionários**

Em conformidade com as disposições da Lei n.º 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

**b) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

O saldo de consumidores e concessionários inclui os valores faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada e recomposição tarifária.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída para perdas prováveis com créditos de todos os consumidores, sem garantias, incluindo consumidores residenciais, industriais, comerciais e do governo. A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo.

**c) Permanente**

O imobilizado e os investimentos estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 1999, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução n.º 44, de 17/03/1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a.. O valor apurado é debitado parte ao resultado e parte ao custo das obras em andamento, em função da utilização dos bens.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redução do Ativo Imobilizado.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em função do disposto na Instrução Contábil n.º 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Os Custos Indiretos de Obras em Curso são mensalmente apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio, 10% de gastos administrativos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, como determinado pela ANEEL.

**d) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

**e) Resultado**

É apurado pelo regime de competência e ajustado por transações contábeis conforme citado na nota 3.

**f) Novo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica**

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, Instruções Contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, antes aplicáveis às empresas do Setor. As normas contidas no referido Manual, de aplicação compulsória a partir do início deste trimestre, não trazem significativas alterações nas práticas contábeis adotadas até o momento.

**4. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS**

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e prestação de serviços de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	Em R\$ mil	
	31/03/2002	31/12/2001
Consumidores		
Renda faturada		
Classes residencial e rural	40.628	40.804
Classe industrial	6.301	8.004
Classe comercial	15.472	15.578
Poder, serviço e iluminação pública	27.357	26.761

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Renda não Faturada	63.812	68.607
Suprimento e Transmissão (Nota 4b)	44.256	32.662
Parcelamento de débitos	39.796	37.807
Outros	27.755	19.784
<b>TOTAL</b>	<b>265.377</b>	<b>250.007</b>
<b>Circulante</b>	<b>210.716</b>	<b>211.240</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>54.661</b>	<b>38.767</b>

a) ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Na interpretação da administração da Companhia, a forma de compensação pelas perdas de racionamento, objeto do Acordo Geral do Setor, não traduz em seu escopo as condições atuais de compensação para as perdas da CEMAR. Dessa forma, a intenção da administração é de não concordar com os termos do Acordo Geral do Setor Elétrico e, assim, não assinar, neste momento, os documentos ou solicitar a referida homologação, por entender que os valores resultantes são inferiores aos que a Companhia tem direito. A administração da Companhia entende, ainda, que pelo fato de não ter aderido ao acordo, deverá ter o direito a receitas com aplicação do Anexo V, que são superiores a esse critério de contabilização adotado.

Para contabilização da receita de energia de curto prazo do período de Julho a Dezembro, a Companhia utilizou a metodologia do acordo geral do setor que utiliza as perdas energéticas históricas, por entender que são valores conservadores e atendem aos princípios fundamentais de contabilidade. O montante referente à energia livre foi contabilizado conforme os números divulgados pela ASMAE - Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia.

O total de Renda não Faturada, demonstrada no quadro anterior, contempla os valores da Recomposição Tarifária, no montante de R\$ 50.609 mil, relativamente à Perda de Margem e à Energia Livre, calculados e registrados conforme previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico. Esses valores estão sendo amortizados mensalmente pela parcela do faturamento correspondente à utilização da nova tarifa cobrada a partir de janeiro de 2002. A movimentação no trimestre desses valores, incluindo os montantes registrados no passivo, referentes ao Acordo Geral do Setor Elétrico pode ser assim demonstrada:

	R\$ mil
<b>Ativo</b>	
Recomposição Tarifária – perda de margem	26.907
Energia livre – repasse tarifário aos consumidores	<u>27.911</u>
Em 31 de dezembro de 2001	54.818
Amortização da perda de margem e da energia livre	( 4.209 )
Em 31 de março de 2002 – Renda não Faturada	<u>50.609</u>
Contas a receber relativo ao aumento de tarifa previsto pelo Acordo	<u>4.209</u>
Em 31 de março de 2002 – Consumidores e Concessionárias	<u>54.818</u>

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Passivo**

PIS e COFINS – circulante	( 220 )
Parcela A – circulante	( 1.307 )
Ressarcimento aos geradores – exigível a longo prazo	( 27.181 )
ICMS, PIS e COFINS – exigível a longo prazo	( 2.781 )
Em 31 de março de 2002	( 31.489 )

**Efeito líquido total**

**23.329**

**b) MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA - MAE**

O Mercado Atacadista de Energia – MAE , criado pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto 2.655, de 02 de julho de 1998, é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos.

A apuração da venda de energia de curto prazo a revendedores é realizada pela ASMAE, de acordo com os critérios estabelecidos por Resoluções da ANEEL .

Do saldo existente em 31 de maio de 2002 (R\$ 44.256 mil), o montante de R\$ 32.602 mil refere-se à contabilização das operações efetuadas no MAE no período de setembro de 2000 até junho de 2001, e estão de acordo com os Relatórios de Contabilização disponibilizados pela ASMAE. Os relatórios de contabilização, desse período, estão sendo revisados a partir de pedidos formulados por agentes do setor e poderão sofrer alterações.

Para o primeiro trimestre 2002, com as dificuldades apresentadas pelo MAE no que diz respeito à contabilização das transações ocorridas e com ausência de algumas definições de grande impacto na apuração dos números , a companhia adotou o procedimento de contabilizar as receitas do MAE para o trimestre atual com base nos dados dos controles internos existentes e o preço da tarifa média fixada no acordo geral do setor em R\$ 73,39, resultando um montante de receitas de R\$ 11.654 mil. Assim, os valores apurados têm caráter preliminar podendo sofrer alteração quando de sua apuração final.

**c) PARCELAMENTO DE DÉBITOS**

Do total de parcelamento de débitos, R\$ 5.398 mil registrado no Circulante como Consumidores e Revendedores, e R\$ 3.914 mil no Realizável a Longo Prazo (31.12.01 - R\$ 5.398 mil e R\$ 4.856 mil, respectivamente), corresponde ao parcelamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA. Refere-se a dívida de energia elétrica fornecida pela CEMAR, conforme Termo de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Promessa de Pagamento celebrado entre as partes interessadas, com a interveniência do Governo do Estado do Maranhão.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. ATIVO IMOBILIZADO

	R\$ mil	
	31/03/2002	31/12/01
<b>Imobilizado em Serviço</b>		
• Produção	2.314	2.314
• Distribuição	876.163	754.249
• Comercialização	7.287	112.346
• Administração	8.207	8.192
	<u>893.971</u>	<u>877.101</u>
• Depreciação Acumulada	( 331.776 )	( 322.722 )
	<u>562.195</u>	<u>554.379</u>
<b>Imobilizado em Curso</b>	93.980	102.074
Obrigações Vinculadas à Concessão	( 82.551 )	( 82.533 )
	<u>11.429</u>	<u>19.541</u>
<b>Total</b>	<b><u>573.625</u></b>	<b><u>573.920</u></b>

Em 31 de Março de 2002, o imobilizado em curso está representado por obras em andamento e materiais em depósito, nos montantes de R\$ 41.107 mil e R\$ 49.938 mil, respectivamente, além de juros capitalizados no montante de R\$ 2.935 mil. Os valores de materiais em depósito referem-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para a utilização nas obras em andamento ou para a manutenção da rede atual.

6. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	31/03/2002	31/12/2001
Suprimento de Energia Elétrica		
• ELETRONORTE	54.444	24.515
• CEPISA	221	248
Uso do Sistema de Transmissão	2.937	2.937
Materiais e Serviços	<u>18.352</u>	<u>33.047</u>
	<u>75.954</u>	<u>60.747</u>

O saldo a pagar a Eletronorte inclui o montante de R\$ 11.207 mil, referente ao complemento de energia elétrica faturada em dezembro de 2001, de acordo com as regras estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico e o saldo total em aberto está composto da seguinte forma:

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Saldo em 31/03/2002	
A vencer	Vencido
14.705	39.739

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia vem envidando esforços no sentido de compatibilizar o fluxo dos recursos necessários para o seu capital de giro e programa de investimentos.

## 7. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Com o ingresso no REFIS, datado de 29 de Novembro de 2000, a companhia assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, dentre as quais destacam-se: a autorização de acesso irrestrito, pela SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira; o acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético de dados, inclusive os indiciários de receitas; o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidos a partir de 29 de fevereiro de 2000, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento. A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e automática execução de garantia prestada.

O prazo remanescente para a liquidação da dívida é de aproximadamente 3 anos. Como garantia, foram fornecidos créditos oriundos das vendas de energia elétrica. Dos valores incluídos no REFIS, a movimentação para 31 de Março de 2002, pode ser assim demonstrada:

	<u>R\$ mil</u>
<b>Saldo em 31/12/2001</b>	<b>19.225</b>
(-) Pagamentos em 2002	1.521
(+) Atualizações em 2002	<u>467</u>
<b>Saldo em 31/03/2002</b>	<b><u>18.171</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>6.189</u></b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b><u>11.982</u></b>

O valor presente desse passivo, atualizado pela TJLP, monta em de R\$ 14.523 mil.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 8. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DÍVIDAS

### a) Composição

	R\$ mil			
	31/03/2002		31/12/2001	
	PRINCIPAL E ENCARGOS CURTO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS LONGO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS CURTO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS LONGO PRAZO
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>				
Tesouro Nacional	1.049	20.561	749	21.274
Instituição financeira	13.796			
	<u>14.845</u>	<u>20.561</u>	<u>749</u>	<u>21.274</u>
<b>MOEDA NACIONAL</b>				
ELETOBRÁS	49.663	140.519	38.487	151.162
ELETRONORTE	5.976	33.619	7.302	32.070
Instituições Financeiras	47.732	11.220	83.828	20.268
	<u>103.371</u>	<u>185.358</u>	<u>129.617</u>	<u>203.502</u>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>118.216</b>	<b>205.919</b>	<b>130.366</b>	<b>224.776</b>
Dívida com empresa ligada	41.842			
FASCEMAR (Nota 12 b)	1.195	17.128	1.195	16.615
Debêntures	8.990	150.000	2.099	150.000
	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>
<b>Total da dívida</b>	<b><u>170.243</u></b>	<b><u>373.047</u></b>	<b><u>133.660</u></b>	<b><u>391.391</u></b>

### b) Sumário das principais operações

- (i) Os contratos com a Eletrobrás referem-se, basicamente, a recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações e para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação da receita da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias.
- (ii) A CEMAR transferiu para a Eletronorte, através de contrato de “Transferência de bens e direitos e instalação por dação em pagamento parcial e repactuação da forma de quitação de débitos remanescentes”, os ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV, composto pela linha de transmissão Tap Caxias/Coelho Neto e o pátio de 230 KV da subestação Coelho Neto II. A obrigação decorre da diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte. A CEMAR ofereceu à Eletronorte, como garantia da fiel execução deste Termo, procuração na qual vincula até 25% de suas receitas próprias.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) As operações com instituições financeiras são compostas por empréstimos para capital de giro, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis.
- (iv) O saldo com ao Tesouro Nacional refere-se a financiamentos de contratos de médio e longo prazo e juros devidos a bancos comerciais e outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções n ° 1.541/88 e n ° 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional – CMN, objeto de permuta por bônus emitidos pela União. Estão garantidos por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.
- (v) O saldo com empresa ligada é composto por valores referentes a financiamentos mantidos pela CEMAR junto aos bancos Dresdner Bank e Bank Boston, que foram liquidados pela PPL Corp., avalista da operação.

**c) Escalonamento dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 205.919 mil mais os valores da FASCEMAR e das debêntures, que totalizam R\$ 373.047 mil, tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2003	60.960
2004	54.519
2005	38.025
2006	173.600
2007	17.765
2008	4.286
Após 2008	23.892
	<u>373.047</u>

**d) Composição por índice e moeda**

- Em moeda estrangeira

<u>Moeda</u>	<u>Em US\$ mil</u>	<u>Varição 1º. Trim</u>	<u>Taxa de juros</u>
Dólar norte-americano	9.293	-3,92%	Entre LIBOR + 0,81% a.a. e 8% a.a. fixa.
Dólar norte-americano	6.000	-3,92%	5% a.a.

- Em moeda Nacional

<u>Indexador</u>	<u>Em R\$ mil</u>	<u>Varição 1º. Trim.</u>	<u>Taxa de juros</u>
------------------	-------------------	--------------------------	----------------------

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

IGPM	175.539	0,51%	9,4% a 12% a.a.
FINEL	51.002	0,10%	6,1% a 6,5% a.a.
RGR	3.236	-	5,00% a.a.
CDI	223.939	4,21%	1,3% a 4.30% a.a.
CDI	41.842	4,21%	3% a.a.
CDI	12.326	4,21%	33,15% a.a.

## 9. DEBÊNTURES

As debêntures, emitidas no montante de R\$ 150.000 mil em junho de 2001, foram aplicadas na otimização da estrutura de capital da companhia, através do alongamento do perfil do passivo oneroso, mediante amortização de notas promissórias emitidas pela emissora para distribuição pública, no fornecimento do capital de giro e no programa de investimentos para a melhoria e expansão dos serviços prestados pela companhia como concessionária de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão. As características da emissão pública das debêntures estão descritas abaixo:

**Valor Nominal Unitário:** R\$ 10.000,00

**Quantidade:** 15.000 debêntures.

**Espécie:** Com garantia flutuante.

**Conversibilidade e Forma:** Não conversível, nominativa escritural.

**Prazo e data de Vencimento:** 60 meses, vencendo em 1 de junho de 2006.

**Juros remuneratórios e repactuação:** Definidos conforme segue:

Primeiro período de incidência : Terá início na emissão das debêntures (01/06/01) e término 12 meses depois (01/06/02). Para este período, a taxa de remuneração das debêntures será 100% da "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% ao ano.

Demais períodos de incidência : As remunerações e outras condições aplicáveis aos demais períodos de incidência serão deliberadas pelo Conselho de Administração até 25 dias antes do término do período de incidência anterior. Caso os debenturistas não concordem, a Companhia se obriga a assumir as debêntures.

**Obrigações da Emissora:** Nos termos da escritura de emissão das debêntures, a Companhia está obrigada a cumprir, a partir do último trimestre de 2001, determinados índices financeiros sob a pena de antecipação de seus vencimentos, antecipação esta também prevista nos casos de saída dos atuais controladores, protesto de títulos cujo valor agregado ultrapasse R\$ 5 milhões e vencimento antecipado de obrigações decorrentes de inadimplemento com valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, entre outros.

Durante o primeiro trimestre de 2002, a CEMAR encontrou-se em conformidade com todas as obrigações contidas na escritura da emissão das debêntures. Todavia, de acordo com a escritura, a Companhia deveria alcançar determinados índices financeiros até 31 de março de 2002, ou repactuar-los junto aos debenturistas, visando evitar o vencimento antecipado das debêntures.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme descrito na Nota 15, como resultado do início das negociações visando essa repactuação, os debenturistas aprovaram em Assembléia Geral, realizada em 21.05.2002, a proposta da CEMAR de postergação da data de repactuação das debêntures (“Período de Prorrogação”) para 1º de fevereiro de 2003 e, em 4 de junho de 2001, a não exigência de vencimento antecipado das mesmas.

## 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### a) Considerações Gerais

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelos consultores jurídicos e de valor estimável em 31 de Março de 2002, em processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. Para determinadas ações a Companhia já efetuou depósitos judiciais em montantes equivalentes ou inferiores. A administração acredita que a provisão para contingências, inclusive juros, é suficiente para cobrir perdas prováveis no caso de julgamentos desfavoráveis.

As perdas prováveis provisionadas, estão resumidas abaixo:

NATUREZA DA AÇÃO	R\$ mil	
	31/03/2002	31/12/2001
<b>CIRCULANTE</b>		
Cíveis	3.180	968
Trabalhistas	916	1.445
Tributárias	1.617	1.617
	<u>5.713</u>	<u>4.030</u>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Cíveis	53.684	68.690
Trabalhistas	7.835	7.835
	<u>61.519</u>	<u>76.525</u>

### b) Natureza das contingências

- Ação indenizatória movida pelo Delta National Bank & Trust CO. of New York, na qual o Banco pleiteia uma indenização em razão do não cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Títulos Securitizados do Tesouro Nacional (ELETS) e perdas decorrentes.
- Ação de Prestação de Contas, onde o Município de São Luís postula a prestação de contas da CEMAR, em relação à execução de um Convênio assinado em 1972, concernente à iluminação pública da cidade de São Luís, julgado procedente em primeira e segunda instância. A administração da companhia constituiu provisão para fazer face a valores que entende como devidos.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Diversas ações relativas a demandas indenizatórias por perdas e danos, acidentes na rede, corte e falha no fornecimento de energia, faixa de servidão e de majoração de tarifa de energia elétrica, principalmente. O valor registrado considera a experiência histórica da companhia com os valores estipulados pelo Poder Judiciário e as circunstâncias específicas de cada causa. Todavia, a administração não espera perdas relevantes relacionadas a essas ações.

**b) Contingências não provisionadas**

Além das perdas provisionadas, como acima, existem outras contingências monitoradas pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota e, assim, não são contabilizadas. Nem sempre os valores dessas causas permitem estimativas de valores.

A CEMAR está sujeita a leis e regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal relacionados à preservação ambiental. A CEMAR tem avaliado a exposição aos riscos ambientais baseada na avaliação de dados disponíveis e acredita que o atendimento às leis e regulamentos aplicáveis não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras ou resultado das operações.

**11. CAPITAL SOCIAL**

O capital social está representado por 523.724.322 mil ações, sem valor nominal, sendo 514.364.398 mil ações ordinárias nominativas, 4.048.612 mil ações preferenciais nominativas classe "A" e 5.311.312 mil ações preferenciais nominativas classe "B".

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% para as de classe "A" e 10% para as de classe "B", calculados sobre o valor patrimonial delas.

O valor patrimonial, por lote de mil ações, do capital social em 31.03.02 é de R\$ 0,062 (31.12.01 - R\$ 0,042).

De acordo com os termos do leilão, a Brisk adquiriu, em setembro de 2001, as ações de propriedade dos funcionários, passando a deter 89,59% do capital votante da Cemar.

A composição acionária está abaixo demonstrada:

ACIONISTAS	QUANTIDADE – MIL	
	31/03/2002	31/12/2001
• Brisk Participações Ltda	469.182.919	469.182.919
• ELETROBRÁS	8.550.462	8.550.462

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC	36.205.307	36.205.307
• Outros	9.785.634	9.785.634
	<u>523.724.322</u>	<u>523.724.322</u>

## 12. PLANO DE APOSENTADORIAS

### a) Características do Plano

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR - FASCEMAR, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O plano previdenciário adotado pela FASCEMAR é de Benefício Definido, e na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à dos participantes da FASCEMAR. No trimestre findo em 31 de março de 2002, esse valor importou em R\$ 369 mil (no trimestre anterior R\$ 362 mil). O regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela CEMAR é de 6% da folha total da remuneração dos empregados da Companhia, participantes da FASCEMAR (4,54% contribuição normal e 1,65% contribuição amortizante). A contribuição dos Participantes Ativos é de 4,98% da remuneração total apurada em folha e a contribuição exclusiva para os Participantes Assistidos é da ordem de 3,14% incidentes sobre os benefícios pagos.

### b) Dívida

Em 20 de março de 2001, foi refinanciado o contrato de confissão de dívida entre a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e a FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto a FASCEMAR, proveniente de retenções e atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado em 31 de Março de 2002, corresponde ao montante de R\$ 18.323 mil, sendo R\$ 1.195 mil a parcela de curto prazo nesta data e está garantido por recebíveis da Companhia. Os juros desse contrato são de 102% do DI over extra grupo. A dívida resultante deste contrato vem sendo paga em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001.

### c) Obrigações da Patrocinadora

Nos termos dos artigos 12, item 1 do Estatuto e 40 e 41 do Regulamento Interno da FASCEMAR, é de responsabilidade da Patrocinadora, a CEMAR, o aporte dos recursos necessários à prestação de benefícios que correspondam ao tempo de serviço vinculado à Previdência Oficial e que seja anterior à data de inscrição de seus empregados na Fundação.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Até 31 de dezembro de 2001, a Companhia contabilizava em suas demonstrações contábeis os seus compromissos relacionados aos déficit atuariais oriundos dos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários de acordo com as regras estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Os estudos atuariais contratados para 31 de dezembro de 2001 e atualizados pela variação do Índice Geral de Preços e Mercado - IGP-M, para 31 de março de 2002, indicam que esse compromisso monta a R\$ 5.526 mil. Desse valor, R\$ 89 mil foi contabilizado no exigível a longo prazo em contrapartida ao resultado do exercício de 2002.

**d) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão**

De acordo com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a partir de 31 de dezembro de 2001 as empresas de capital aberto necessitam incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios a que os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

Conforme alternativa prevista pelo citado normativo, a Companhia optou pelo reconhecimento do passivo no resultado do exercício dos próximos 5 anos ou pelo tempo médio de serviço ou vida remanescente dos empregados se estes forem menores. De acordo com a avaliação atuarial dos benefícios oferecidos a seus empregados ao se aposentar, efetuada com base na Unidade de Crédito Projetada - UCP, a despesa prevista para 2002 está apresentada conforme abaixo:

	<u>R\$ mil</u>
Custo do serviço corrente	3.229
Custo dos juros	9.907
Rendimento esperado do ativo do plano	( 6.745 )
Amortização do custo do serviço passado	2.369
Contribuição do empregado	( 1.421 )
Total	<u>7.339</u>

As seguintes premissas atuariais foram consideradas para a avaliação:

***Hipóteses Econômicas***

Taxa de desconto e de retorno esperado dos ativos	10,24 % a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,12 % a.a.
Inflação e crescimento dos benefícios da previdência social	4,0 % a.a.
Fator de capacidade de salários e benefícios	98 %

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

*Hipóteses Demográficas*

Tábua de Mortalidade	GAM 1971 modificada
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1944
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB 1944
Tábua de Rotatividade	Experiência da Towers
Idade de Aposentadoria	Primeira idade com direito ao benefícios integral
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

**13. SEGUROS**

A Companhia mantém a cobertura de seguros contra incêndio, determinada por orientação de especialistas, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme demonstrado abaixo:

RISCO	Vigência	Em milhares de R\$ ou US\$		
		Importância Segurada	Prêmio	Moeda
- Incêndio	08.01.01 a 29.04.02	435.453	753	Dólares
- Veículos	19.06.01 a 19.06.02	750	255	Reais

**14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução n.º 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para divulgação, em nota explicativa, das considerações dos fatores de risco da companhia e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

**Considerações sobre Riscos**

A CEMAR tem como atividade o fornecimento de energia elétrica a todos os municípios do estado do Maranhão. Seus principais fatores de riscos são:

**Risco de Crédito:** Os altos valores, bem como a idade dos recebíveis dos órgãos públicos e do MAE constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da empresa.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**Risco de Taxa de Câmbio:** A exposição de passivos em dólar que em Março de 2002 apresentava um saldo de R\$ 21,6 milhões representa um risco ao resultado da Cia.

**Risco da Flutuação da Taxa de Juros:** Devido ao alto grau de endividamento, a alteração da taxa básica de juros (longo ou curto prazo) pelo governo federal constitui um risco para a CEMAR a medida que onera seus custos de endividamento afetando o resultado.

**Risco de Mercado:** A quantidade de energia adquirida pela empresa está estabelecida no contrato inicial que a distribuidora tem com a ELETRONORTE e não necessariamente corresponde à quantidade requerida pelos clientes regulados. Uma vez que as sobras de energia devem ser comercializadas no MAE (onde os preços podem sofrer grandes variações, quando não são simplesmente arbitrados) e ainda corre-se o risco do não recebimento, a configuração do mercado de energia representa um risco para a CEMAR.

A valorização, na Companhia, dos principais instrumentos financeiros são os seguintes:

**ATIVO**

Disponibilidade e  
Contas a receber

Os valores de tais instrumentos se aproximam do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

**PASSIVO**

Empréstimos e  
Financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31.03.02, nos mercados interno e externo.

**15. EVENTOS SUBSEQÜENTES**

Em 21 de maio de 2002, os debenturistas reunidos em assembléia aprovaram a proposta da CEMAR de postergação da data de repactuação das debêntures (“Período de Prorrogação”) para 1º de fevereiro de 2003.

Em 4 de junho de 2002, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas que votou contra a declaração de vencimento antecipado das debêntures, em decorrência do não enquadramento dos índices financeiros previstos na escritura e autorizou a CEMAR a permanecer desenquadrada dos limites e índices financeiros até 30 de setembro de 2002. Foi aprovada ainda a proposta da CEMAR para aditamento da escritura de emissão das Debêntures quanto ao pagamento de juros e bônus sobre as debêntures, além de prever determinadas exigências em relação às receitas não operacionais, juros sobre capital próprio, dividendos e empréstimos entre coligadas e limite de investimentos da CEMAR.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

De acordo com essa proposta, durante o “Período de Prorrogação a CEMAR pagará mensalmente os juros incidentes sobre as debêntures, além de bônus equivalente a 1% do valor total das debêntures, que será pago em 8 parcelas, no período de julho de 2002 a fevereiro de 2003.

## 16. AJUSTES DETERMINADOS PELO ÓRGÃO REGULADOR

Em 24 de abril de 2002, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Relatório de Fiscalização – RF nº 001/2002, que contempla determinações relativas a necessidade de ajustes contábeis incluindo possíveis conseqüências nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2001 e em 31 de março de 2002, os quais se relacionam principalmente a créditos fiscais, provisões para perdas e contingências, dentre outros.

A administração avalia que as referidas determinações não procedem e vêm esclarecendo o assunto junto ao órgão regulador.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Atualmente a CEMAR encontra-se em processo de revisão de suas estratégias e objetivos. Devido ao desequilíbrio econômico-financeiro em que se encontra, a empresa tenta juntamente com o governo, órgão regulador, instituições financeiras e fornecedores conseguir encontrar uma saída para seu problema de liquidez e sustentabilidade.

O resultado apurado no período e trimestre findo em 31 de março de 2002 foi positivo em R\$ 5.1 milhões. Contribuíram para esse resultado a recuperação das receitas de venda de energia, um forte controle de custos operacionais, a variação cambial positiva (diminuindo os custos financeiros) e, principalmente, a reversão de provisões para contingências judiciais no valor de R\$ 16,8 milhões.

### Resultado Operacional

#### Receita Operacional de Vendas

No período de janeiro a março de 2002, podemos observar um aumento na receita de vendas de cerca de 13%, em relação ao 1º trimestre do exercício anterior, influenciado pelos seguintes fatores básicos: (i) receitas oriundas do Mercado Atacadista de Energia – MAE, (ii) aumento da tarifa de energia elétrica para recomposição das perdas com racionamento e (iii) Reajuste tarifário anual em agosto de 2001. Estes fatores foram compensados parcialmente pelo menor volume de energia vendida aos clientes regulados. O quadro abaixo demonstra o faturamento por tipo e classe de consumidores:

	31/03/2002			31/03/2001		
	Nº DE CLIENTES (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº DE CLIENTES (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residenciais	916.286	231.505	44.424	917.157	240.176	40.886
Industriais	8.448	95.057	11.763	8.275	99.059	10.048
Comerciais	74.825	103.828	19.888	70.755	107.431	16.979
Outras classes	39.414	130.910	17.535	22.277	139.709	16.786
<b>Total Fornecimento</b>	<b>1.038.973</b>	<b>561.300</b>	<b>93.610</b>	<b>1.018.464</b>	<b>586.375</b>	<b>84.699</b>
MAE E CEPISA			11.652			3.728
Amortização da perda de margem			(5.280)			
Transmissão			137			77
Outras receitas			3.333			2.985
Consumo próprio	250	994	0	235	936	
	<b>1.039.223</b>	<b>562.294</b>	<b>103.452</b>	<b>1.018.699</b>	<b>587.311</b>	<b>91.489</b>

(\*) Não revisado

#### Energia Comprada Medida (GWh)

697

794

A tarifa média de venda por classe de consumo, líquida de ICMS, está abaixo demonstrada, em R\$/MWh:

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	R\$	
	1º TRIMESTRE 2002	1º TRIMESTRE 2001
• Residencial	169,40	150,20
• Industrial	98,90	90,95
• Comercial	150,90	133,66
• Rural	107,50	95,21
• Poderes Públicos	151,60	137,48
• Iluminação Pública	87,90	86,43
• Serviço Público	95,30	91,87

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais

As Despesas com Pessoal e com Materiais reduziram respectivamente 30% e 37% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Já os Custos de Compra de Energia, Encargos de Transmissão/Conexão e Serviço de Terceiros, em decorrência do crescimento da base de clientes e da intensificação das atividades da companhia (medição, leitura e entrega de contas, combate à fraude, manutenção da rede de distribuição, etc.) aumentaram se comparados a 2001. O quadro abaixo demonstra a variação dos Custos dos Serviços Prestados e das Despesas Operacionais em relação ao mesmo primeiro trimestre de 2001:

	R\$ mil	
	31/03/2002	31/03/2001
Energia Elétrica Comprada para Revenda	32.967	27.669
Encargos de Uso da Rede e Conexão	6.641	5.784
Pessoal	9.428	13.446
Material	1.663	2.658
Serviços de Terceiros	9.908	7.815
Depreciação	9.742	8.906
Total	70.349	66.278

Outras Receitas/Despesas Operacionais

As Outras Receitas Operacionais referem-se basicamente à reversão de provisões para contingências judiciais em março de 2002, no montante de R\$ 15,9 Milhões. As Outras Despesas Operacionais, referentes à arrendamento, aluguéis, seguros, taxas de fiscalização, indenizações por danos e outros, praticamente ficaram inalteradas em relação ao mesmo trimestre de 2001.

Despesas Financeiras (Líquidas)

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O endividamento financeiro da Cemar manteve-se estável em relação ao ano anterior. Todavia houve o reconhecimento de juros e multas por postergação de pagamentos a Eletronorte e Eletrobrás o que elevou os custos financeiros em R\$ 4,9 milhões.

### Resultado do Período

A reversão de R\$ 15,9 milhões em provisões para contingências judiciais foi fundamental para a realização dos R\$ 5,1 milhões de lucro líquido. É importante salientar que mesmo desconsiderando essa provisão, a CEMAR obteria um EBITDA de R\$ 15,6 milhões.

### PRINCIPAIS INDICADORES

Destacamos a nossa eficiência demonstrada através dos indicadores abaixo :

	1º Trimestre 2002	1º Trimestre 2001
• EBITDA	31.514	11.223
• EBITDA(P)	19.063	13.502
• EBITDA/Receita Líquidas - %	38,4	55,4
• Consumidor / Empregado	721	613
• Perdas de energia - %	19,3	26,0

OBS: O EBITDA(P) acima demonstrado é um índice específico que envolve o resultado operacional adicionado a depreciação, PDD, contingências e o resultado financeiro.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	000001
3 - Nº REGISTRO NA CVM	016608
4 - DATA DO REGISTRO CVM	13/11/1997
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2006
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	100% TX DI OVER EXT GRUPO
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	15.000
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

---

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

---

---

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

---

---

Estamos rerepresentando pelo motivo de termos excluído o quadro controle do DPT – Dados do Usuário, na nota explicativa e comentário do desempenho, pôr não fazer parte deste trabalho

## Relatório dos auditores independentes sobre a revisão limitada

29 de maio de 2002, exceto pelo descrito na Nota 15, cuja data é 4 de junho de 2002

Aos Administradores  
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR  
São Luís - MA

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2002 e de 2001, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
- 3 Conforme descrito na Nota 4(a), a Companhia mantém registrado em seu ativo cerca de R\$ 23 milhões relacionados substancialmente a recomposição tarifária da perda de margem no período de racionamento, conforme previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico. Esses valores foram contabilizados em 31 de dezembro de 2001 com base nos parâmetros técnicos e financeiros definidos no acordo e nas normas para cálculo expedidas pelos órgãos reguladores, segundo a melhor estimativa da administração da Companhia. A realização desses valores está sujeita, principalmente, à adesão ao referido acordo firmado entre os agentes do setor, o que no momento não é intenção da administração, uma vez que a mesma discorda de seus termos pelos motivos detalhados na Nota 4(a). Pelo fato de não aderir ao acordo do setor e, eventualmente, necessitar discutir judicialmente a aplicação do Anexo V, a realização do contas a receber não está assegurada, com o que o mesmo não deveria ter sido reconhecido nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em cerca de R\$ 23 milhões.
- 4 Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos da contabilização do contas a receber mencionados no parágrafo anterior, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

---

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

---

brasileira aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

- 5 As Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2002 incluem valores a receber da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE, no montante de R\$ 44.256 mil, conforme mencionado na Nota 4(b), e valores de Energia Livre decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, consignados na Lei nº 10.438/2002, conforme mencionado na Nota 4 (a). Esses valores foram obtidos a partir de dados preliminares disponibilizados pela Administradora de Serviços do MAE – ASMAE e normas do órgão regulador. A definição desses valores, e sua conseqüente realização, aguarda a liberação final dos números pela ASMAE.
- 6 As Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2002 foram elaboradas de acordo com princípios contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operação. Como descrito na Nota 1, a Companhia tem apurado constantes prejuízos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período. O acionista controlador divulgou que não deverá fazer investimentos adicionais na Companhia no Brasil, a qual deverá discutir com representantes do governo a garantia da continuidade da qualidade dos serviços prestados a seus consumidores, por meio de recursos financeiros de geração própria e de terceiros que venham a ser obtidos. Esses aspectos suscitam dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração relacionados ao financiamento de suas atividades e ações para melhorar a rentabilidade de suas operações, estão também descritos na Nota 1. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.
- 7 Conforme descrito na Nota 16, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL emitiu Relatório de Fiscalização - RF determinando a realização de ajustes contábeis, os quais poderão trazer conseqüências para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2001 e em 31 de março de 2002. A administração avalia que as referidas determinações não procedem e vem esclarecendo o assunto junto ao órgão regulador.
- 8 As Informações Trimestrais - ITR contêm, também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2001. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, em 15 de março de 2002, contendo ressalva pelo descrito acima no parágrafo terceiro e parágrafos de ênfase relacionados à possibilidade de vencimento antecipado das debêntures e aos assuntos mencionados nos parágrafos 5 e 6 acima.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "S" MA

Valdir Renato Coscodai  
Sócio  
Contador CRC 1SP165875/S-2 "T" PE "S" MA

---

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

---

---

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

---

---

---

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

---

---

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

---

---

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	28
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	31
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	32
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	33
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	36